

AUTONOMIA DO USUÁRIO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: EXISTÊNCIA OU NEGAÇÃO?

José Francisco Pereira Soares¹, Rosemary Silva da Silveira², Geani Farias Machado Fernandes³, Valéria Lerch Lunardi⁴, Naiane Glaciele da Costa Gonçalves⁵

INTRODUÇÃO: A autonomia como um elemento reciprocamente integrado aos princípios da promoção da saúde se complementa de forma prática, promovendo a participação dos indivíduos sobre seus determinantes de saúde. Evidencia-se que “a autonomia merece ser resgatada como uma condição de saúde e de cidadania, da própria vida, um valor fundamental, mas que não é nem pode ser absoluto”^(1;74). Ao observar-se o distanciamento do cidadão do exercício de sua autonomia e o desconhecimento de seus direitos, percebe-se a necessidade dos trabalhadores na sua práxis cotidiana estarem atentos e realizarem intervenções efetivas para valorizar e estimular o exercício da autonomia dos usuários. Acredita-se que idealizar um processo de produção em saúde que invista na capacitação dos usuários para o exercício de sua autonomia, valorizando-os como protagonistas de sua construção social é um desafio para os trabalhadores da saúde nos diferentes níveis de atenção. **OBJETIVO:** construir um espaço de ação-reflexão-ação para o fortalecimento da autonomia do usuário dos serviços de saúde em defesa dos seus direitos. **METODOLOGIA:** Pesquisa qualitativa, embasada no referencial teórico-metodológico de Freire, desenvolvida com um grupo de sete usuários da Estratégia de Saúde da Família (ESF) de um município da Região Sul do país, Utilizou-se como critérios de inclusão: ser usuário da ESF e maior de 18 anos, obteve-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde (CEPAS) da Universidade Federal do Rio Grande, mediante parecer nº 129/2009. A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a abril de 2010, perfazendo oito encontros compreendendo as seguintes etapas: levantamento dos temas geradores, codificação/descodificação e desvelamento crítico, as quais constituíram-se num movimento de ida e vinda, de modo imbricado no todo das discussões^(2,3). A análise ocorreu através da análise textual discursiva⁽⁴⁾, organizada em quatro focos: desmontagem dos textos; desconstrução e unitarização dos textos; estabelecimento de relações e captação do novo emergente. **RESULTADOS: Limitações para um agir autônomo:** Durante a problematização das vivências como usuários do Sistema Único de Saúde, os sujeitos do estudo expressaram que as informações acerca de suas condições de saúde são insuficientes ou inexistentes, o que dificulta o exercício da autonomia. Uma das participantes deixou transparecer que a negação do direito à informação provocou sofrimento físico e moral, pois necessitou submeter-se a outras intervenções cirúrgicas, afetando sua qualidade de vida. Na opinião dos usuários, exercer a autonomia, cobrar direitos em saúde, reivindicar melhor atendimento pode ocasionar negação do direito à assistência, estabelecendo-se assim uma cultura de silêncio que impede a

¹ Enfermeiro. Mestre em Enfermagem. Enfermeiro do Hospital Conceição de Porto Alegre. Membro do NEPES.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da FURG. Líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Enfermagem e Saúde (NEPES)

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da FURG. Líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Enfermagem e Saúde (NEPES)

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da FURG. Pesquisadora do CNPQ. Líder do NEPES

⁵ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da FURG. Bolsista FAPERGS.

liberdade de expressão dos usuários. Pode-se constatar que a concepção dos usuários acerca de seus direitos ainda segue uma doutrina excludente, pois se percebe distante de um sistema que deveria acolhê-lo, respeitá-lo e sanar suas necessidades; ao invés disso, passa a julgá-lo, organizando-se para evitar iniciativas de exercício dos direitos destes usuários, utilizando-se da coação e exclusão como mecanismos de poder. Identificaram-se alguns fatores que podem interferir na condição de opressão do usuário, ou em sua opção por manifestar-se ou não frente ao desrespeito de seus direitos, a sua condição de desinformação e de vulnerabilidade. Uma dos fatores que pode interferir no exercício da autonomia do usuário diz respeito à dificuldade de acesso aos serviços de saúde, sendo esta uma barreira a ser superada pelos usuários, pois alguns fatores impostos pelo sistema apresentam-se como obstáculos à obtenção do atendimento. Assim, evidenciou-se o medo do usuário de saúde tanto para expressar insatisfações e desejos acerca de seus direitos, quanto seu receio de sofrer possíveis represálias ou castigos durante o atendimento e o acesso aos serviços. É neste sentido que o usuário de saúde precisa estar esclarecido e capacitado a assumir sua postura como cidadão e sua autonomia em saúde. Para isso, o usuário necessita de apoio, de suporte dos trabalhadores da saúde, para inserir-se nas esferas de discussão e de decisão sobre seu corpo e sua saúde.

Possibilidades de um agir autônomo: Foi possível perceber que alguns trabalhadores apresentam-se mais sensibilizados e comprometidos, compreendendo o contexto de fragilidades, respeitando os direitos dos usuários, orientando-os acerca da possibilidade de exercer sua autonomia e de exigir seus direitos frente a diferentes situações de opressão e desrespeito. Uma possibilidade de exercer autonomia pode ser visualizada no discurso de uma das participantes, a qual demonstrou reação frente a situações que não convergiam com suas necessidades, pois ao perceber sua impotência frente ao descaso do trabalhador e da pouca resolutividade à necessidade de saúde de seu filho, a usuária não desistiu, resistindo ao sistema e exercendo poder. Os sujeitos do estudo identificaram a importância do envolvimento da comunidade, fortalecendo-se de forma coletiva na busca de seus direitos à saúde, enfatizando a importância das informações e esclarecimentos acerca de seus direitos. Assim, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde foi distribuída para os usuários, durante os encontros de problematização, como um modo de instrumentalizá-los e empoderá-los para utilizá-la em situações em que algum de seus direitos fossem violados. Contudo, esses sujeitos puderam perceber que a garantia de seus direitos não está expressa em uma carta, mas que necessitam compreender a importância dos direitos ali descritos como fatores determinantes para manter sua qualidade de vida e, assim, exercê-los. Os participantes tiveram na problematização um estímulo para direcionar o olhar para si, para sua realidade, para sua atuação como cidadãos, bem como a possibilidade de questionar-se em relação ao contexto em que se encontram inseridos.

CONCLUSÃO: A partir das constatações deste estudo, foi possível evidenciar que a temática dos direitos do usuário do SUS constitui-se em um tópico imprescindível a ser abordado nas ações de educação permanente dessa realidade e possivelmente a realidade de outros municípios que implementam a ESF, a fim de sensibilizar os trabalhadores da saúde para que concretizem, na prática, conceitos presentes na política de saúde vigente no país, o SUS. Evidenciou-se que os usuários necessitam compreender que, além da informação, a sua participação e envolvimento são fundamentais para o fortalecimento da sua autonomia como sujeitos.

CONTRIBUIÇÕES PARA A ENFERMAGEM: É importante que os trabalhadores da saúde e, a enfermagem em especial, estejam envolvidos pelo compromisso ético e moral de direcionar seu fazer a atender as necessidades dos sujeitos, considerando-os como elemento fundamental de seu processo de trabalho e fortalecendo a autonomia dos usuários.

Descritores: Autonomia; empoderamento, enfermagem

EIXO TEMÁTICO: Os desafios da ética e da bioética na produção do conhecimento.
ÁREA TEMÁTICA: Ética em saúde e enfermagem.

REFERÊNCIAS

1. Soares JCR, Camargo KRI A autonomia do paciente no processo Terapêutico. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2007; 11(21): 65-78.
2. Freire P. Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro; 2005.
3. Freire P. Pedagogia da Autonomia. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
4. Moraes R, Galiazzi MC. Análise Textual Discursiva. 2ª ed. Ijuí: Unijuí; 2011.
- 5 LIMA, A. C., MORALES, D. A., ZOBOLI E. L. C., SARTÓRIO N. de A.. Problemas éticos na atenção básica: a visão de enfermeiros e médicos. **Cogitare Enferm.** 2009 abr/jun; 14(2):294-303